

## Atos Oficiais

PORTARIA Nº. 33.491, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021. EXONERAR, a pedido, a funcionária PAULA ZAMPERLINE DE CASTRO, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 46.264.163.3 e CPF nº. 395.765.368-12, do cargo de Professor A, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 10 de Setembro de 2021. Processo nº. 5049/2019

PORTARIA Nº. 33.495, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021. APURAR em face do servidor SANDRO PIVATTO CANO, Motorista, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação aos artigos 87-F (Comprovando-se mediante processo disciplinar, ter sido falso e indôneo o laudo médico, funcionário será demitido a bem do serviço público, aplicando-se igual penalidade ao médico, se este for funcionário do Município), artigo 87-G (A licença remunerada para tratamento de saúde será cancelada se ficar comprovado que o licenciado voltou a trabalhar, hipótese em que ficará obrigado a restituir as importâncias indevidamente recebidas a título de licença, a partir da data em que retornou ao trabalho) e o artigo 87-H (É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período desta licença) todos da Lei Municipal nº 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magisterio do Município de Ribeirão Pires, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 3451/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva. Processo nº 3451/2019

PORTARIA Nº. 33.506, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021. REDUZIR para 32 (trinta e duas ) horas semanais a carga horária da funcionária ADRIANA DIAS DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 33.679.911-1 e CPF nº. 300.841.248-30, Professor de Desenvolvimento Infantil, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Educação, contar de 13 de Setembro de 2021. Processo nº. 1821/2017

PORTARIA Nº. 33.487, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.705, de 11 de Março de 2021 e NOMEAR a funcionária IEDA FERREIRA DO NASCIMENTO GARCIA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 11.120.500-1 e CPF nº. 069.121.698-30, Professor de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria de Educação, regime Estatutário, provimento efetivo, a contar de 23 de Agosto de 2021. Processo nº3137/2012

PORTARIA Nº. 33.504, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021. RETIFICAR a Portaria nº. 33.425, de 02 de Setembro de 2021, para que onde lê-se “concessão de gratificação de 10%(dez por cento)” leia-se “concessão de gratificação de 50% (cinquenta por cento)”. Processo nº 2477/1994

PORTARIA Nº. 33.490, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021. EXONERAR, a pedido, o funcionário PAULO HENRIQUE ROBERTO NOVAIS DE ARAUJO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 32.492.424-0 e CPF nº. 226.657.088-92, do cargo de Vigilante Patrimonial, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, a contar de 30 de Agosto de 2021. Processo nº. 683/2019

PORTARIA Nº. 33.502, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. NOMEAR o funcionário GERALDO MAGELA PINTO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13.119.276-7 e CPF nº. 079.972.038-00, Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Setembro de 2021. Processo nº 5863/2008

PORTARIA Nº. 33.501, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021. NOMEAR o funcionário JULIO CESAR CANDIDO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 24.988.529-3 e CPF nº. 155.317.188-88, Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 30% (trinta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Setembro de 2021. Processo nº 855/1997

PORTARIA Nº. 33.488, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.660, de 10 de Março de 2021 e NOMEAR a funcionária MARIA APARECIDA ALMEIDA SILVA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 23.977.021-3 e CPF nº. 192.773.208-50, Orientador Educacional, lotada na Secretaria de Educação, para exercer Função de Confiança, regime Estatutário, provimento em comissão, recebendo gratificação de 30% (trinta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 23 de Agosto de 2021.

Processo nº 807/1994

### **Edital de Notificação.**

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 inciso III da Lei 5.104/07, COMUNICAMOS a empresa **GIZELLE CRISTINA PRUDENTE RAMIR ME**, com inscrição municipal 1017583 – CNPJ 06.235.695/0001-77, estabelecida na Rua João Domingues de Oliveira, 194 – B. Centro – Rib.Pires na atividade de Monitoramento de sistemas de segurança (estacionamento), representada pelas sócia Gizelle Cristina Prudente CPF - RG ; o lançamento do auto de infração de nº9714 no valor de R\$ 479,99 referente ao não atendimento á notificação de nº105/2021 para fins de levantamento fiscal.

Prazo 30 dias a partir da publicação deste edital.

Agnaldo Prudente

Agente Fiscal de Tributos

Reg. 6890/2

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 102/2021, Processo de Compras n.º 4340/2021, que trata do Registro de preços para fornecimento de medicamentos para assistência farmacêutica. Período para cotação das 11:00 horas do dia 30/09/2021 às 08:00 horas do dia 14/10/2021. Período para lances 14/10/2021 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone: 11 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Ribeirão Pires, 29 de Setembro de 2021. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

### **DECRETO Nº 7.217, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021**

**Dispõe sobre a regulamentação da Ouvidoria SUS, no âmbito da Secretaria de Saúde e Higiene do Município de Ribeirão Pires.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o artigo 37, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência de uma lei que discipline as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta e que regule as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

CONSIDERANDO A 2ª Conferência Estadual de Saúde, realizada em junho de 1996, que recomendava a regulamentação de diversos dispositivos do Código de Saúde do Estado de São Paulo, entre os quais aqueles previstos na sua Seção V, que trata da Ouvidoria Geral;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.294/1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências, que em seu Capítulo V, institui o SEDUSP - Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, que é integrado pelas Ouvidorias dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS (Portaria GM/MS nº 3.027/2007), que vislumbra a implantação de Ouvidorias como uma das formas de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO o Pacto de Gestão do SUS (Portaria GM/MS nº 399/2006) Eixo 7, tópico 7.1, alínea 'e'. Prevê o apoio à implantação e implementação de Ouvidorias nos Municípios e Estados como ação de fortalecimento para

o processo de participação social no SUS;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS (Portaria GM/MS nº 3.027/2007) que vislumbra a implantação de Ouvidorias como uma das formas de fortalecer a gestão estratégica e participativa no SUS;

CONSIDERANDO o Decreto Presidencial nº 6.680/2009, que dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério da Saúde e competências das áreas que o integram, conferindo ao Departamento de Ouvidoria Geral do SUS a missão de estimular e apoiar a criação de estruturas descentralizadas de Ouvidorias de saúde;

CONSIDERANDO a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Portaria GM/MS nº 1.820/2009) que contém dispositivo que garante aos cidadãos o direito de se expressar e ser ouvido nas suas queixas, denúncias, necessidades, sugestões e outras manifestações por meio das Ouvidorias, urnas e qualquer outro mecanismo existente, sendo sempre respeitado na privacidade, sigilo e confidencialidade;

CONSIDERANDO a definição do Ministério da Saúde, de que a Ouvidoria do SUS constitui-se num espaço estratégico e democrático de comunicação entre o cidadão e os gestores do Sistema Único de Saúde, relativos aos serviços prestados;

CONSIDERANDO ainda que, com o objetivo de assegurar esse direito de participação na gestão pública em saúde, as Ouvidorias do SUS apoiam-se nos princípios e diretrizes que determinam as ações e serviços em saúde, expressos nos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal e na Lei nº 8.080/90,

## **DECRETA:**

Capítulo I Das disposições preliminares, objetivos, atribuições, prazos e deveres

Art. 1º - Este decreto dispõe sobre objetivos, atribuições e procedimentos a serem adotados pela Ouvidoria SUS do Município de Ribeirão Pires.

### **Seção I Dos objetivos**

Art. 2º - A Ouvidoria Municipal do SUS tem como principais objetivos:

I – Propiciar ao cidadão um instrumento de defesa de seus direitos e um canal de comunicação com a administração da Secretaria Municipal de Saúde;

II – Atuar com ética, transparência e imparcialidade, de forma a garantir respostas às manifestações recebidas e assegurar ao cidadão oportunidade de participação na gestão pública, traduzida pela capacidade de manifestação de suas sugestões, reclamações e denúncias e elogios através de canais de contato ágeis e eficazes; com a preservação dos aspectos éticos de prioridade e confiabilidade de todas as etapas no processo das informações;

III – Contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelo Município e para o combate à corrupção e atos de improbidade administrativa;

IV – Implementar políticas de estímulo à participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados pelo SUS.

### **Seção II Das atribuições:**

Art. 3º - São atribuições da Ouvidoria Municipal do SUS:

I – Receber, analisar, encaminhar, acompanhar as reclamações, denúncias ou críticas, informações e sugestões apresentadas por cidadãos;

II – Formular e proceder às respostas aos usuários acerca das demandas;

- III – Acompanhar o trâmite das demandas dentro do prazo estabelecido para resposta ao cidadão;
- IV – Promover ações de informação e conhecimento acerca da Ouvidoria, junto à população em geral;
- V – Apresentar e divulgar relatórios das atividades da Ouvidoria.

Art. 4º - As manifestações à Ouvidoria deverão conter as seguintes informações:

I – Característica da informação, caráter da informação, identificação do manifestante, endereço completo, meios disponíveis para contato (fone, fax, e-mail), informações sobre o fato e sua autoria, se for o caso, a indicação das provas de que tenha conhecimento;

II – Não serão aceitas demandas sob estado do anonimato, salvo se a demanda estiver registrada de forma completa para averiguação e /ou acompanhada de prova documental.

§1º - Será mantida a privacidade do reclamante que enviar demanda sob o estado de sigilo, quando expressamente solicitado ou quando tal providência se fizer necessária.

§2º - As manifestações poderão ser feitas pelos seguintes meios: pessoalmente, fone/fax, e-mail, link de acesso no site da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 5º - O (a) Ouvidor (a), mediante despacho fundamentado, poderá determinar, liminarmente, o arquivamento de reclamação que lhe tenha sido encaminhada e que, a seu juízo, seja improcedente, como a falta de informações suficientes para encaminhamento.

Art. 6º - O (a) Ouvidor (a) deverá atuar segundo princípios éticos, pautando seu trabalho pela legalidade, legitimidade, imparcialidade, moralidade e ética.

Art. 7º - O (a) Ouvidor (a), no exercício de sua função, terá assegurado autonomia e independência de ação, sendo-lhe franqueado acesso livre a qualquer dependência ou servidor da Instituição, bem como a informações, registros, processos e documentos de qualquer natureza que, a seu exclusivo juízo, repare necessários ao pleno exercício de suas atribuições.

#### Seção III Dos prazos:

Art. 8º Os prazos de resposta ao cidadão serão:

- I – Urgente – até 15 dias;
- II – Alta – até 30 dias;
- III – Média – até 60 dias;
- IV – Baixa – até 90 dias.

#### Seção IV Dos deveres dos dirigentes dos equipamentos:

Art. 9º - É dever dos dirigentes e servidores da Instituição atender, com presteza, pedidos de informação ou requisições formuladas pela Ouvidoria, de forma satisfatória a atender as necessidades do cidadão e o bom funcionamento da Ouvidoria.

#### Capítulo II Do Ouvidor SUS

Art. 10 - O Ouvidor SUS é o representante dos cidadãos e usuários dos serviços públicos de saúde prestados pelo Município.

Art. 11 - O Ouvidor SUS é a função exercida por indicação do Secretário Municipal de Saúde e Higiene, de dedicação exclusiva, destinada à gestão da Ouvidoria SUS e formalmente designado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 – Do ouvidor exige-se conduta ética compatível, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires (Lei 4217, de 18/12/1998) bem como demais códigos de ética incidentes sobre sua atividade.

#### Seção I Das Competências

Artigo 13 – Compete, exclusivamente, ao Ouvidor:

- I – Dirigir a Ouvidoria, garantindo o atendimento aos seus princípios e o exercício de suas atribuições;
- II – Representar a Ouvidoria interna e externamente ao Município;
- III - Atuar de ofício;
- IV - Controlar o cumprimento dos prazos previstos neste decreto;
- V – Selecionar o pessoal para composição da equipe de Ouvidoria;
- VI – Elaborar os relatórios da Ouvidoria;
- VII – Garantir a racionalização de meios tendo em vista sua demanda e os fins a que se destina.

#### Seção II Das Garantias

Art. 14- O Ouvidor responde, hierarquicamente, ao Secretário Municipal de Saúde e Higiene do Município, no limite das garantias contidas neste Decreto.

§1º - Ao Ouvidor é garantida a autonomia na elaboração de pareceres, atos e relatórios, sendo vedada a alteração ou influência sobre estes.

§2º – Os registros das manifestações, documentos e informações gerados em decorrência das atividades da Ouvidoria são de responsabilidade do Ouvidor, sendo vedada a exclusão, alteração ou eliminação destes por ordem superior ou do próprio Ouvidor, respeitando-se a regulamentação em vigor.

Art. 15 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de setembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**AUDREI DA ROCHA SILVA**

**Secretário de Saúde e Higiene**

Processo Administrativo 3853/2021 - PMRP

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

#### **RELATÓRIO FINAL DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES.**

Aos 18 dias do mês de setembro de 2021 foi realizado a 5ª Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ribeirão Pires, organizada pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências (Condefi) e pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, reunindo diversos segmentos da sociedade, como, representantes de entidades de Ribeirão Pires ligados ao atendimento a pessoa com deficiência, sociedade civil organizada, órgãos do poder executivo, legislativo e convidados.

A Conferência teve lugar na Escola Municipal Eng.º Carlos Rohm, situado a rua 1º de Maio, 170 Jardim Itacolomy-Ribeirão Pires, São Paulo, no horário das 8h30min às 14h30 minutos.

As fases da 5ª Conferência compreenderam: recepção dos participantes seguindo todos os protocolos sanitários, credenciamento, minuto de silêncio em respeito às mais de 590 mil mortes causadas pela Covid-19 e às famílias enlutadas.

Na abertura oficial, com o auxílio dos intérpretes de Libras, o Sr. Valdiran e Sra. Claudenice, foram chamados para compor à mesa de autoridades o Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social (SAPIS) Sr. Leonardo de Biazzi que também representou o Sr. Prefeito Clóvis Volpi, a Secretária de Educação Sra. Rosi de Marco, que também representou os demais secretários, a representante do Legislativo, Vereadora Márcia e a Coveadora Yara representando também a Coletiva de Mulheres de Ribeirão Pires, a representante da Comissão Eleitoral do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, a Sra. Silvana Gimenes e representando o Condefi de Ribeirão Pires, o Sr. Cristiano Soares da Silva. Após o Hino Oficial de Ribeirão Pires, foi passada a palavra ao Secretário da SAPIS e orientado que iniciasse a sua fala com a descrição das suas características físicas e em seguida discorreu sobre a junção das Secretarias de Assistência Social com a Secretaria de Participação e Inclusão, falou sobre a lei aprovada em maio de 2021 que trata sobre a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como “Lei da Acessibilidade”. A Secretaria de educação falou sobre a criação do Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência em meados de 2006 quando ela esteve à frente da pasta e que muito do que foi conquistado teve o cuidado da equipe que ainda faz parte do quadro de servidores, mesmo não existindo mais o Centro de Apoio.

A vereadora Márcia em sua fala, disse que a cidade precisa ser acessível em todos os seus aspectos e a Yara reforçou que o mandato da Coletiva de Mulheres tem disposição para fazer uma cidade mais inclusiva.

A Silvana Gimenes discorreu um pouco sobre a sua trajetória enquanto pessoa com deficiência e reforçou que cabe a nós fortalecer os Conselhos e garantir o Controle social de fato e de direito.

Em seguida, foi lida a carta enviada pela Senadora Mara Gabrilli cumprimentando a todas as pessoas presentes na Conferência e enaltecendo os relevantes serviços públicos prestados pelos Conselhos Municipais na defesa dos direitos e da inclusão social dos brasileiros com deficiência. Os Conselhos são a voz da sociedade construindo espaços democráticos de decisão, declara!

Representando o Presidente do Condefi, o Sr Cristiano disse: “não sou meramente um CID!” referindo-se ao Código Internacional de Doenças mais sim, cidadão de direitos dentro de uma cidade!

O vereador e presidente da Câmara Sr: Guto Volpi marcou presença e em sua fala, salientou a importância das Conferências como espaço democrático!

Após, foi desfeita a mesa de autoridades, o Cristiano como mestre de cerimônia apresentou todo o material contido na pasta de trabalho e lido o Regimento Interno com os seguintes destaques:

- Indicado a correção de números de propostas por eixos temáticos para 2 e não 3 como descrito no texto;
- Discussão de todos os eixos na própria plenária e não em salas, formando um círculo e coletando todas as propostas e debatendo de forma mais participativa.
- Optou-se pela entrega dos materiais de suportes necessário como material em Braille, texto de orientação com qr code, cópias da LBI, após a pausa para o café;

Lidos e apreciados todos os destaques, foram colocados em votação e aprovados.

Após, a pausa para o café, todos retornaram para a plenária, formando um círculo e com o material de apoio em mãos, foram debatidas, escolhidas e aprovadas as seguintes propostas para a Conferência Estadual:

## **EIXO 01- ESTRATÉGIAS PARA MANTER E APRIMORAR O CONTROLE SOCIAL ASSEGURADO À PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **Propostas para o Estado:**



**1-PROPOSTA:** Fortalecer os Conselhos através de repasses financeiros como reforço social, custeio para os conselheiros chegarem às reuniões. Fundo de financiamento para participação social.

**AÇÕES:** Revisar a legislação sobre a criação do Conselho Municipal e Estadual incluindo o passe livre nos transportes municipais e intermunicipais, vale-refeição, garantir o assento nos demais conselhos para que atue de forma transversal, principalmente àqueles conselheiros que representam a sociedade civil.

**RESPONSABILIDADES:** Estado e Município.

**2-PROPOSTA:** Garantir assentos para pessoas com deficiência nos demais conselhos, aumentando a representatividade e democratizando o debate.

**AÇÕES:** Revisão nas legislações pertinentes ao modelo existente dos conselhos.

**RESPONSABILIDADES:** Estado e Município.

### **Propostas para o Município:**

**3-PROPOSTA:** Validação dos projetos e de obras públicas pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e pela Comissão Municipal de Acessibilidade e que esta Comissão tenha algum servidor com deficiência e com habilidade na área de Arquitetura ou Engenharia e com sua função exclusiva para esta atividade.

**AÇÕES:** Alteração da lei que criou a Comuas- Comissão Municipal de Acessibilidade transformando-a em Comissão Permanente de Acessibilidade- CPA, sem acúmulo de funções e com treinamento e remuneração de acordo com as habilidades e competências.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**4-PROPOSTA:** Fortalecimento do CONADE.

**AÇÕES:** Elaborar Manifesto dos Conselhos Municipais constituídos através dos seus respectivos presidentes em apoio à reativação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**RESPONSABILIDADES:** Município e Consórcio Intermunicipal do ABC.

## **EIXO 02- GARANTIA DO ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **Propostas para o Estado:**

**5-PROPOSTA:** Garantir a efetiva aplicação da lei de cotas nas empresas e estágio nas repartições públicas.

**AÇÕES:** Criar um canal de comunicação entre as empresas e setor de desenvolvimento econômico público e revisar o Estatuto do Servidor Público garantindo o acesso dos estudantes ao estágio supervisionado de acordo com as suas habilidades profissionais e acadêmicas e não pela característica da sua deficiência.

**RESPONSABILIDADES:** Estado, União, Município

**6-PROPOSTA:** Garantir que as estações da CPTM atendam a todas as pessoas com deficiências com o cumprimento dos Termos de Ajustes de Conduta. Capacitar os trabalhadores do transporte público para atender as PCD e também manter a manutenção do aparato acessível dos ônibus.

**AÇÕES:** Nas estações em que há escadas, poderão ser instaladas plataformas verticais, elevadores e aquelas em que há linha férrea desativada, colocar trens fixos com as portas abertas criando uma passagem entre uma plataforma sempre atendendo aos parâmetros do desenho universal.

**RESPONSABILIDADES:** Estado.

### **Propostas para o Município:**

**7-PROPOSTA:** formação e treinamento no acesso à mobilidade e aos serviços oferecidos na cidade.

**AÇÕES:** Elaborar cartilha orientativa para os comércios e criação de aplicativo de localização destes espaços e serviços acessíveis, bem como dos equipamentos públicos. Criar e divulgar cartilha informativa impressa ou eletrônica acerca da rede de atendimento, serviços existentes e aspectos da deficiência.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**8-PROPOSTA:** Facilitar a matrícula de crianças com deficiência mais próxima da sua residência, formação contínua dos profissionais de educação com todo apoio de tecnologia assistiva e reorganização de políticas públicas da educação voltada para as crianças com deficiência.

**AÇÕES:** Treinamento contínuo para que a equipe escolar conheça as especificidades da deficiência dos alunos e que a Secretaria atenda ao Termo de Ajuste de Conduta de tornar acessível todas as Escolas municipais.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**9-PROPOSTA:** Acessibilidade nos comércios.

**AÇÕES:** Emitir o alvará de funcionamento após atender os pré- requisitos mínimos das normas de acessibilidade.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**PROPOSTA:** Garantir à família a escolha do local de estudo pela criança com deficiência e onde ela será matriculada.

**AÇÕES:** garantir que a família opte pela Escola dentro dos critérios multidisciplinares que facilite maior autonomia e independência para a criança.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**10-PROPOSTA:** Todos os atos oficiais tenham a acessibilidade garantida em sua totalidade.

**AÇÕES:** Através de contrato licitatório ou concurso público, garantir a presença de intérpretes de libras nos eventos inaugurais e nos vídeos institucionais e audiodescrição, material em Braille, descrição de imagens e publicidades governamentais, bem como demais ferramentas acessíveis.

**RESPONSABILIDADES:** Município e Estado.

**11-PROPOSTA:** Atendimento psicológico para as crianças com deficiências e seus cuidadores nas Escolas.

**AÇÕES:** Contratação de psicólogos através de concurso público.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**12-PROPOSTA:** Garantir o Lazer e vida social para as pessoas com deficiência na cidade.

**AÇÕES:** adequar os parques municipais interligando-os através de ciclovias e ciclofaixas, disponibilizando as bicicletas adaptadas, com a utilização do Complexo Ayrton Senna, com o uso da Tenda Multicultural, Teatro Euclides Menato, criando atividades lúdicas com o apoio da Escola de Teatro, Música e Dança. Garantir o transporte público até o Parque Oriental e o passeio até o Templo De Miroku, este último por um preço mais acessível. Recomenda-se ter guias turísticos com conhecimentos em libras e audiodescrição. Promover os programas e projetos voltados às práticas esportivas e culturais para Pessoas com Deficiência utilizando os equipamentos públicos já existentes.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

### **Propostas para a União:**

**13-PROPOSTA:** com o cenário atual de vulnerabilidade de renda, propõe-se, para o acesso do benefício de prestação continuada (BPC-LOAS) a efetividade da exclusão do critério de renda.

**AÇÕES:** Propor alteração na legislação Específica.



**RESPONSABILIDADES:** União.

### **EIXO 3-FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

#### **Propostas para o Estado:**

**14-PROPOSTA:** repasse de um percentual da nota fiscal paulista para os Municípios que tenham Conselho da Pessoa com Deficiência constituída e em atuação, entidades e Instituições que têm relação direta com as pessoas com deficiências.

**AÇÕES:** Revisão da Lei que trata do repasse da nota Fiscal Paulista.

**RESPONSABILIDADES:** Estado.

**15-PROPOSTA:** Apresentar projetos voltados às Pessoas com deficiência que tiveram quebra de vínculos familiares ou outras violações de Direitos ao Juizado Especial Criminal (Jecrim).

**AÇÕES:** requerer junto ao Jecrim e Cejusc (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania), os recursos financeiros disponíveis de acordo com as infrações penais de menor potencial ofensivo e que com os pagamentos em multa podem ser revertidos em projetos, exceto precatórios na qual o município seja réu.

**RESPONSABILIDADES:** Estado, Tribunal de Justiça de São Paulo e Município.

#### **Propostas para o Município:**

**16-PROPOSTA:** Criação de um fundo para o Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência.

**AÇÕES:** Criar CNPJ específico sem vínculo com o tesouro municipal com regras claras das fontes de captação de recursos, prestação de contas e com deliberação do Conselho para o uso adequado dos recursos.

**RESPONSABILIDADES:** Município e Condefi.

**17-PROPOSTA:** Toda multa por estacionamento irregular nas vagas preferenciais, seja nas vias públicas ou em espaços particulares como supermercados e afins, seja repassado ao fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências de Ribeirão Pires.

**AÇÕES:** Alteração na legislação municipal correlata ao tema das infrações.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

#### **Propostas para a União:**

**18-PROPOSTA:** Aprovação imediata do PL 552/19 que cria o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de âmbito federal, para garantir recursos públicos suficientes para a formulação e a execução de políticas públicas focalizadas na população com deficiência. Taxação das grandes fortunas, e garantia constitucional da renda básica universal.

**AÇÕES:** Manifestação junto a Relatoria do Senado sobre a importância da aprovação deste projeto de lei 552/19 e garantir que se faça justiça social também com projetos de taxação sobre grandes fortunas, e garantia constitucional da renda básica universal.

**RESPONSABILIDADES:** União.

### **EIXO 4- DIREITO E ACESSIBILIDADE**

#### **Propostas para o Estado:**

**19-PROPOSTA:** Isenção de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)

**AÇÕES:** Revisão da legislação e apoio do Poupatempo para análise médica multidisciplinar do pedido de isenção.

**RESPONSABILIDADES:** Estado.

**20-PROPOSTA:** Garantia que todas as intervenções urbanísticas e arquitetônicas financiadas pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos- DADETUR seja baseada no Desenho Universal.

**AÇÕES:** O referido Departamento Estadual acrescente este critério como indispensável para a aprovação do projeto e que seja deliberado não pelo Conselho de turismo, mas, também pelo Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência Municipal e Estadual.

**RESPONSABILIDADES:** Estado.

#### **Propostas para o Município:**

**21-PROPOSTA:** Garantia do direito à moradia digna com condições adaptáveis a acessibilidade.

**AÇÕES:** Isenção dos Impostos como IPTU, alvará, ISS e habite-se com validade de 5 anos para que as residências possam ter as reformas, construções e adaptações razoáveis para a maior autonomia da pessoa com deficiência.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

**22-PROPOSTA:** Retomar o Projeto Andanças com atendimento aos munícipes residentes e das outras cidades para conhecer os pontos turísticos de Ribeirão Pires, bem como participar da vida social e lazer das cidades vizinhas.

**AÇÕES:** Preparar a Van Adaptada existente; Propor parceria com a Secretaria de Educação para o uso dos ônibus escolares adaptados e com as Empresas de Transporte Coletivos instalados no Município.

**23-RESPONSABILIDADES:** Município.

**PROPOSTA:** Reativar o Centro de Apoio de Inclusão Escolar em parceria com a Secretaria de Saúde que se localiza na Avenida Santo André, 10.

**AÇÕES:** Readequar o espaço e equipá-lo de acordo com a equipe multidisciplinar da Educação e Saúde tendo uma transversalidade com o projeto Quarteirão da Saúde que está em fase de conclusão no imóvel da Antiga fábrica de Sal e Biblioteca.

**RESPONSABILIDADES:** Município

**24-PROPOSTA:** Criação do Censo Municipal da Pessoa com Deficiência (quem somos?) e ampliar o sistema de informação municipal através do Portal da Transparência para pessoas com deficiência, garantindo o acesso a todos os projetos, prazos e tempo de espera.

**AÇÕES:** Do Censo Municipal: elaborar ferramenta de investigação através do Google forms com questões adequadas a pesquisa, bem como visitas agendadas as famílias que por qualquer motivo não tenham acesso ao formulário on -line ; Portal da Transparência: adequar o formato de apresentação no site oficial da prefeitura, ajustando novos campos de pesquisa, utilizando todo o formato de comunicação, inclusive a utilização de cores e fontes mais compatíveis com a percepção da visão.

**RESPONSABILIDADES:** Município.

#### **EIXO 5- DESAFIOS PARA COMUNICAÇÃO UNIVERSAL**

##### **Propostas para o Estado:**

**25-PROPOSTA:** Disponibilizar intérprete de libras, descrição para cego ver e legendas nos vídeos de comunicação do Governo Estadual e Executivo Municipal e em todos os eventos comemorativos e nas inaugurações de obras, nos espaços públicos que tenham exposição permanente.

**AÇÕES:** Prever nos orçamentos anual e plurianual os investimentos necessários para treinamentos dos profissionais de comunicação e aplicação das tecnologias adequadas, e/ou contratação de Central de Intermediação de Libras que dão suporte de comunicação através de smartphones.

**RESPONSABILIDADES:** Estado e Município.

**26-PROPOSTA:** Garantir nos eventos culturais a obrigatoriedade da presença de intérpretes de Libras.

**AÇÕES:** Propor acréscimo de cláusula nos contratos de shows e eventos culturais sem a necessidade de ter intérpretes de libras.

**RESPONSABILIDADES:** Estado, União e Município.

**Propostas para o Município:**

**27-PROPOSTA:** Ampliar o acesso das pessoas com deficiência aos documentos, certidões, carnês de impostos de seu interesse no formato mais acessível.

**AÇÕES:** Criar e atender as necessidades do contribuinte com deficiência com as ferramentas mais adequadas para a sua compreensão como material em Braille, Uso de QR CODE, dentre outros.

**RESPONSABILIDADES:** Município e Estado.

**Propostas para a União:**

**28-PROPOSTA:** Criar mecanismos de leitura de imagens nas páginas de vendas on-line, mecanismos de leitura em máquinas manuais de pagamentos a cartão para torná-las acessíveis e seguras para as pessoas com deficiência visual.

**AÇÕES:** Com as novas tecnologias de mobilidade, acessibilidade na palma da mão, os profissionais de Tecnologia da Informação têm condições de aprimorar este serviço.

**RESPONSABILIDADES:** União (Ministério da Comunicação e da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações).

Anotada todas as propostas, foi dado um intervalo de 30 minutos para o café.

Em seguida, todos retornaram à plenária geral, feito a leitura e deliberação das propostas ali apresentadas e a definição dos Delegados.

**DO PROCESSO DE ESCOLHA DE DELEGADOS À ETAPA ESTADUAL**

Os Delegado(a)s foram escolhidos no voto aberto com a apresentação dos indicados e os eleitos foram:

**Representando o Poder Público:**

**Nome do titular:** Cristiano Soares da Silva. RG nº 20.182.914-9

**Secretaria que representa:** Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social e Condefi

**Nome do Suplente:** Leonardo Penna de Biazzi. RG nº 47.656.860-2

**Secretaria que representa:** Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social

**Sociedade civil organizada/Instituição**

**Nome da titular:** Alessandra Mônica Teixeira Silva. RG nº 25.102.896-3

**Órgão que Representa:** Representa as pessoas com deficiências pela sociedade civil

**Nome do suplente:** Eduardo Vieira de Souza . RG nº 33.229.766-4

**Órgão que Representa:** Representa as pessoas com deficiências pela sociedade civil

A leitura do relatório final pela coordenação da conferência foi aprovada por unanimidade bem como as moções, que serão encaminhadas para cada órgão responsável.

Os documentos pessoais dos delegados e suplentes serão reunidos e encaminhados à comissão organizadora da conferência estadual, junto à lista de presença e o relatório final da 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ribeirão Pires.

A Comissão organizadora da 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ribeirão Pires, o Presidente do Condefi e o Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social, assinam este Relatório Final.

Nada mais havendo a ser tratada, deu-se por encerrada a 5ª Conferência às 14h30.

Comissão Organizadora:

Alexandra da Silva Santos

Cristiano Soares da Silva

Regiane Nunes da Silva

Presidente do Condefi:

Gilson Silva Santos

Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social:

Leonardo Penna de Biazi